

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.477 - MG  
(2018/0237809-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE** : ANDRE LA SAIGNE DE BOTTON  
**ADVOGADOS** : HAMILTON PRISCO PARAÍSO JUNIOR - RJ035133  
GLEYDSON BRUNO FERRAZ PATROCINIO - RJ149052  
**AGRAVADO** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADORE** : EDER SOUSA - MG062628  
S

FABRICIA LAGE FAZITO ANTUNES - MG097927  
**INTERES.** : MESBLA COMERCIO VAREJISTA LTDA  
**ADVOGADOS** : EDSON GOMIDES FIRMO - MG035563  
JOSÉ GERALDO ROCHA RIBEIRO - MG037861

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. RETIRADA DO ADMINISTRADOR ANTES DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO VERIFICADA. REEXAME DE ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS. SÚMULA N. 7/STJ. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF.

I - O presente feito decorre de embargos de devedor objetivando a extinção da execução, tendo como pano de fundo a responsabilidade tributária ante a dissolução irregular da sociedade empresária. Na sentença, julgaram-se improcedentes os embargos, tendo decidido que não são devidos honorários sucumbenciais pelo Ente Público. No Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a sentença foi reformada.

II - Sobre a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, por suposta omissão, pelo Tribunal de origem, da análise da questão acerca da necessidade de condenação da Fazenda Estadual em honorários sucumbenciais, tenho que não assiste razão ao recorrente.

III - Na hipótese dos autos, verifica-se a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador.

IV - Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão

somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 960.685/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016 e AgInt no REsp n. 1.498.690/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017.

V - Por outro lado, no que concerne à suposta violação dos arts. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973 e 85, § 3º, do CPC/2015, o Tribunal de origem, à fl. 195, ao ponderar acerca da aplicação do princípio da causalidade, atestou que "a Fazenda Pública não foi comunicada acerca da alteração contratual que resultou na retirada do apelante da direção da sociedade (...)", razão pela qual concluiu que "os ônus da sucumbência não podem a ela ser atribuídos, visto não ter dado causa à indevida inclusão do apelante no polo passivo da execução fiscal".

VI - Dessa forma, verifica-se que a irresignação da parte recorrente, acerca da aplicação do princípio da causalidade à condenação da Fazenda Estadual em honorários advocatícios sucumbenciais, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

VII - Ademais, o Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia acerca da verba honorária, interpretou legislação local, *in casu*, o Código Tributário Estadual, o que implica, também por esse motivo, a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017 e AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.

VIII - Agravo interno improvido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin,

Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o  
Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator

